

EU QUERO UMA MACEIÓ DIFERENTE
PROGRAMA DE GOVERNO
CONCEPÇÃO E DIRETRIZES

❶ APRESENTAÇÃO:

As cidades se transformaram em grandes aglomerações urbanas, verdadeiros “templos da desigualdade”. Nelas amontoam-se milhares de pessoas para quais as políticas públicas urbanas existem para facilitar o lucro dos mais ricos, não oferecendo nenhuma alternativa de uma vida digna a maioria da população. Faltam opções de moradia, transporte, saúde, educação, segurança, lazer e cultura.

A cidade de Maceió insere-se nessa dinâmica excludente. Com uma população de mais de 1 milhão de pessoas a cidade acumula quase a metade da riqueza do estado (R\$ 29,5 bilhões). Uma riqueza a serviço de poucos. Maceió é uma cidade territorialmente repartida por desigualdades absurdas. O Índice de Desenvolvimento Humano - (IDH) demonstra essa vergonhosa divisão:

- A diferença em termos da esperança de vida ao nascer é de mais de 10 anos em Maceió. Significa que a criança que nasce em uma área pobre da cidade, possivelmente, viverá 10 anos a menos que aquela que nasce em um bairro mais rico.

- Na renda média mensal das pessoas, a situação de desigualdade aparece de forma marcante em Maceió. Há localidades a renda é de pouco mais de 200 reais e em outras, supera 4 mil reais.

- O número de pessoas de 18 anos ou mais, com ensino fundamental completo, tem uma espantosa diferença, de 29% (nos bairros mais pobres) a 93% nas áreas mais ricas da cidade de Maceió.

A questão da “Violência” é outra face perversa dessa cidade repartida: a violência homicida, especialmente contra a juventude negra, pobre e das periferias. A taxa de homicídios colocou Maceió em 4º lugar no país (80,3 mortes por 100 mil habitantes) e no 1º lugar entre as capitais nesse vergonhoso ranking do genocídio da juventude.

Maceió é uma cidade cartograficamente cindida por contrastes e desigualdades abissais. A opulência escancaradamente estampada nos edifícios à beira mar, nos condomínios fechados de alto padrão e no mercado vicejante de bens e automóveis de luxo contrasta absurdamente com as

perversas e combinadas formas de exclusão existentes nos territórios periféricos da cidade, identificadas categoricamente na pesquisa de Mapeamento e Qualificação da Exclusão Social nos Territórios dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS de Maceió, realizada pelo Núcleo Temático de Assistência Social da Universidade Federal de Alagoas, a saber:

EXCLUSÃO ESTRUTURAL – decorrente do modelo de sociedade apartada que não garante inserção no mercado de trabalho;

EXCLUSÃO ABSOLUTA – a maioria sobrevive com menos de 1/2 salário mínimo per capita;

EXCLUSÃO DE REPRESENTAÇÃO – não reconhecimento das demandas reais dos diversos segmentos da população e pouco interesse em inseri-los nas metas governamentais. As expressões da questão social são enfrentadas nas modalidades de “apagar incêndio” ou de “maquiagens sociais”;

EXCLUSÃO INTEGRATIVA – a periferia é segregada, isolada e apresenta frágeis vínculos familiares, comunitários e sociais, pois apresenta dificuldades de usufruir das riquezas naturais que a cidade de Maceió dispõe.

O PT em seus 36 anos de vida e principalmente nos últimos 13 anos (Governos LULA e DILMA) trouxe inestimáveis contribuições para redemocratização do País, ampliando a participação popular e incluindo milhares de pessoas com políticas públicas inovadoras e de profundo impacto na vida dos brasileiros e, em particular dos alagoanos. Não poderíamos nos omitir diante da Maceió da segregação e da negação do direito à cidade para muitos e da opulência e da riqueza para poucos.

Nessa quadra política quando as forças reacionárias e conservadoras em nosso país realizam ataques aos direitos civis, sociais e contra todo o legado democrático conquistado com muito sacrifício pelo povo brasileiro nas últimas décadas, setores da direita política, movidos pelo ódio aos mais pobres e em um momento de feroz ofensiva contra as conquistas populares, buscam a todo custo, reduzir direitos e aumentar a desigualdade e a injustiça social.

As eleições municipais de 2016 cumprem papel importantíssimo, propiciando um amplo espaço de mobilização e debate na sociedade em defesa do legado construído por 13 anos de governos democráticos e populares.

È pela defesa desse legado que conclamamos a todos e a todas ao engajamento militante nas eleições municipais. Somos a única candidatura comprometida com ideário de todos os direitos para todas as pessoas que vivem em Maceió.

Os direitos sociais, os direitos dos mais pobres, dos trabalhadores, dos jovens e das mulheres, os direitos humanos em síntese o direito à cidade, é muito mais do que à liberdade individual para consumir e acumular riquezas sem limites, o que queremos é o direito de participar na transformação da cidade.

Temos a convicção baseada nas experiências das gestões petistas esparramadas pelo País que é possível construir uma Maceió Diferente.

O nosso Programa de Governo Municipal é o instrumento essencial de organização da atuação governamental na cidade. É através dele que indicamos qual caminho iremos a seguir na gestão da cidade, expressando nossos compromissos e que irão balizar os projetos, planos e ações do nosso governo para os próximos 4 anos. È nesse sentido que apresentamos esse documento orientador do nosso programa de governo, solidamente comprometido com a construção de uma Maceió Diferente: inclusiva, multicultural, socialmente justa, ecologicamente sustentável, segura e feliz.

❷ A RUPTURA NECESSÁRIA:

A implementação de nosso programa de governo para Maceió, de caráter democrático e popular, representará uma ruptura radical e necessária com o atual modelo de gestão municipal que reproduz os três pilares nucleares da apropriação capitalista na cidade de Maceió:

I - A estratégia da distribuição dos investimentos – a prioridade absoluta dos investimentos da Prefeitura Municipal de Maceió são para as áreas nobres da cidade;

II - A regulação urbanística – os instrumentos de controle e convívio urbano favorecem a especulação imobiliária reproduzindo a exclusão territorial e a negação do direito à cidade a maioria da população;

III – A gestão urbana – autoritária, ineficaz, centralizadora e insensível socialmente.

Trata-se, pois, de propor para Maceió um novo modelo de desenvolvimento economicamente viável, ecologicamente sustentável e socialmente justo capaz de assegurar a todos os maceioenses o direito à cidade.

Com ousadia, compromisso social e criatividade romperemos com o conformismo inapetente, fatalista e burocrático, pretensamente pragmático e neutro da atual gestão da Prefeitura de Maceió, responsável direto pela sonegação dos direitos básicos da maioria da população.

③ TODOS OS DIREITOS HUMANOS PARA TODAS AS PESSOAS:

O nosso governo irá executar uma agenda capaz de desenvolver políticas de inclusão social e da superação das abissais desigualdades econômicas e sociais de Maceió, da radicalização da democracia direta, de criação de canais de participação efetiva e diálogo, com capacidade de compartilhar decisões importantes entre governo municipal e sociedade, em consonância com o projeto de desenvolvimento local sustentável e inclusivo.

Os valores éticos emancipatórios que inspiraram e inspiram as lutas históricas pela justiça social, contra todas as formas de discriminações e de preconceitos, pela a igualdade e a liberdade, enfim pelos os direitos humanos de todas as pessoas é a pedra angular, o alicerce fundamental de nosso programa de governo.

O nosso Programa de Governo estabelece como diretriz central a garantia de todos os direitos humanos para todas as pessoas da cidade de Maceió.

④ DIRETRIZES PARA UMA MACEIÓ DIFERENTE:

Articulam-se holisticamente a diretriz central de todos os direitos humanos para todas as pessoas e entre si, outras 5 (cinco) diretrizes, a saber:

1. **DIREITO À CIDADE:** O nosso Programa de Governo recepciona o conceito de direito a cidade nos termos propostos pelo notável geógrafo britânico David Harvey:

O direito a cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos.

A diretriz do direito à cidade do nosso programa reconhece a cidade de Maceió como uma cidade partida, segregada e apartada, uma arena de disputa em que se concentram as energias mais perversas, destrutivas, predadoras, espoliadoras e excludentes da acumulação capitalista e que são reproduzidas nas políticas públicas da gestão municipal tucana, como também as melhores possibilidades para sua superação, que emerge na coesão reivindicante das periferias, em suas multifacetadas expressões de resistência e rebeldia.

Entendemos que todas as pessoas que vivem na cidade têm direito a ela. Nosso governo priorizará a redução das desigualdades entre as regiões da cidade de Maceió. Combateremos com políticas públicas afirmativas e inclusivas firmemente todas as formas de discriminações a grupos sociais e étnico-raciais, bem como à segregação urbana, garantido à diversidade no acesso socioespacial ao território de Maceió.

O direito à cidade pressupõe o direito dos que nela vivem de planejar o futuro de Maceió através da participação democrática de todos os setores sociais, econômicos e políticos que a compõe, de forma a construir um compromisso entre cidadãos e o poder público municipal que torne a cidade de Maceió um direito de todos.

2. DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL URBANO E RURAL:

Nosso Programa concebe o desenvolvimento local sustentável como a articulação das dimensões social, ambiental, econômico, cultural, político e ético, que garante a preservação da vida e dos recursos naturais para as gerações atuais e futuras. Isso implica na perspectiva de que os ganhos e benefícios do crescimento econômico sejam apropriados, por toda a população.

Por outro lado, o desenvolvimento econômico e a inclusão social não devem acarretar o desequilíbrio ecológico ambiental e destruir os recursos naturais. Sob esta ótica, sustentabilidade é condição estratégica para garantir o direito à cidadania e superar a pobreza, a violência e as desigualdades. O desenvolvimento da economia, com o uso de tecnologias sociais, ganha uma conotação que não traz só crescimento, mas também alavanca aquelas outras condições. O município muito pode e deve fazer para induzir o desenvolvimento local. É de sua responsabilidade dialogar com todos os setores da sociedade local e promover o diálogo entre todos os agentes econômicos, setores produtivos, segmentos sociais e os setores excluídos do direito à cidade de Maceió.

O crescimento econômico de Maceió, não diminuiu a pobreza, porque beneficiou a poucos, concentrando renda e não ampliando as oportunidades de trabalho e de acesso às políticas públicas e concretização de direitos. Assim, a necessidade não é apenas a de criar riquezas, mas também de distribuí-las.

No nosso governo democrático e popular todas as pessoas que vivem no município em suas zonas urbanas ou rural têm direito ao desenvolvimento socialmente equilibrado, ambientalmente sustentável e politicamente participativo. Desenvolvimento que assegure a todas as pessoas o direito à moradia digna e terra urbanizada, ao saneamento ambiental, a mobilidade urbana, transporte público de qualidade e trânsito seguro, inclusão social e participação cidadã.

As pessoas que vivem nas áreas rurais de Maceió tem direito humano à alimentação, incentivaremos o cooperativismo na agricultura familiar com o uso de tecnologias agroecológicas, ampliando a produção de alimentos na cidade, a autonomia econômica, social e política das mulheres e o acesso igualitário às políticas públicas, onde se desenvolva uma política para a juventude rural no município conforme os objetivos estratégicos do desenvolvimento rural sustentável e socialmente inclusivo.

Nas zonas urbanas das cidades indicamos a importância das intervenções urbanísticas que ampliam as oportunidades de acesso à cidade e valorizam seus marcos identitários. Invertido os investimentos dos recursos públicos para valorizar praças, parques e outros marcos, que permitam a integração das pessoas e o lazer contribuindo para multicentralidade na cidade e para maior qualidade de vida das pessoas em cada lugar.

Essas obras estarão situadas nos marcos do processo de desenvolvimento sustentável nas cidades e associadas às demais políticas no processo de Planejamento Participativo da Cidade e no âmbito do Congresso da Cidade e do Orçamento Participativo.

3. PARTICIPAÇÃO POPULAR CIDADÃ E CONTROLE SOCIAL:

A participação popular cidadã e controle social são conquistas obtidas a partir de demandas dos movimentos sociais e outros setores da sociedade organizados em torno da luta por direitos. Desde as primeiras experiências de governos municipais pelo PT (em 1982) as gestões petistas são reconhecidas por inovações nos canais institucionais de participação popular, criando o “modo petista de governar”, introduzindo novas formas de relação entre governo e sociedade ao adotando a prática de diálogo permanente com os movimentos sociais, historicamente excluídos pelos governos dos processos de tomada de decisões.

Nesse sentido, fortaleceremos os canais de participação institucionalizados ou não, tais como conselhos, comitês e fóruns. Introduziremos de maneira inédita na cidade de Maceió o Orçamento Participativo e planejamento participativo com o Congresso da Cidade.

Defendemos o compartilhamento de poder entre governo e sociedade na tomada de decisões sobre os assuntos da cidade. O nosso governo terá a obrigação de explicitar seus projetos e interesses, e em casos específicos, deve defender o seu programa de governo (que tem legitimidade na representação pelo voto), pois o governo é ator central do processo participativo e não mero porta-voz dos interesses difusos na sociedade.

A participação popular e cidadã tem que vir acompanhada de mecanismos de controle social, ou seja, o monitoramento, pela sociedade preferencialmente organizada dos processos políticos, administrativos e financeiros da gestão pública municipal, especialmente das políticas públicas, desde sua elaboração, passando pela execução, avaliação e replanejamento.

Para o nosso Governo Democrático e Popular voltado para a transformação da cidade de Maceió, a participação cidadã, além de ética e politicamente justa, favorece implementação do Programa de Governo reforçando a correlação de forças em favor da mudança, ampliando o conjunto de sujeitos que podem garantir a governabilidade. Com participação cidadã há maior possibilidade de construção da governabilidade ampliada (não restrita às negociações com os agentes tradicionais), pois contribui para formar opinião e aglutinar forças em torno de projetos do governo.

Se os projetos são bons, respeitados e apoiados por diferentes sujeitos sociais, o governo tem muito mais força para negociar com o Legislativo e os demais setores sociais.

A nosso programa reconhece que a sociedade tem o direito de participar ativamente assumindo suas responsabilidades na construção de uma gestão ética, democrática e eficiente. Para vamos estimular e apoiar iniciativas de organização e mobilização da sociedade civil, sempre respeitando a independência dos movimentos sociais.

4. POLÍTICAS SOCIAIS E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS:

Nesta diretriz englobam-se as políticas públicas de educação, saúde, assistência social, transferência e redistribuição de renda, direitos humanos, abastecimento e segurança alimentar, geração de trabalho e renda, segurança pública, cultura, lazer, esporte, meio ambiente, inclusão digital,

ações afirmativas, visando a igualdade de gênero, étnico-racial e a liberdade de orientação sexual e religiosa.

Essas políticas dizem respeito diretamente à concretização de direitos sociais e são tensionadas pelo conflito de interesses em disputa na sociedade. Por isso, apesar dos aspectos específicos de cada política social, é preciso explicitar os seus vínculos com o Programa de Governo consubstanciado nessa diretriz. Os direitos se concretizam com a implementação das políticas sociais por isso definimos claramente no programa de governo a diretriz da afirmação de direitos na nossa gestão.

Por serem tais políticas expressão de direitos, devem ser implementadas de forma democrática e planejada, visando contribuir para o enfrentamento da exclusão e das desigualdades sociais da Maceió apartada.

5. GESTÃO ÉTICA, DEMOCRÁTICA E EFICIENTE:

Para implementar o nosso Programa de Governo temos que enfrentar o desafio de instituir um novo modelo de gestão da administração pública municipal.

Este modelo deve ter como principais diretrizes: ampliar a capacidade gerencial e transformar a relação entre Estado e Sociedade visando prestar serviços e promover políticas públicas eficazes para realidade do município.

Ampliar a capacidade gerencial diz respeito à:

→ Garantia da dimensão estratégica no planejamento de ação governamental, para que o governo cumpra os objetivos previstos, metas e prazos. Isso deverá ser perseguido através da Institucionalização de processos de planejamento, monitoramento e avaliação da gestão, comuns aos diferentes níveis da administração e articulados entre si, de modo a provocar mudança cultural no cotidiano das diversas áreas da administração pública municipal.

→ Busca de eficácia das políticas implementadas – significa atingir os resultados esperados, cumprindo as diretrizes, metas e compromissos assumidos com os maceioenses.

→ Busca de eficiência nas ações e programas, o que significa fazer o máximo possível, da melhor forma possível e com o menor gasto possível de recursos e esforços individuais e coletivos.

Essas diretrizes são baseadas nos seguintes eixos conceituais comuns ao nosso Programa de Governo:

I - AS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO GARANTIA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS – As políticas públicas de saúde, educação, habitação, transporte, saneamento, direitos humanos, segurança alimentar, cultura, lazer, esporte, meio ambiente, assistência social e segurança comunitária são componentes do sistema permanente de garantia e promoção de direitos;

II – AFIRMAÇÃO DA DIVERSIDADE - consolidar políticas que afirmem social e culturalmente setores discriminados ou que necessitem ter seus direitos reafirmados. Incorporar as dimensões advindas da diversidade física, social, de gênero, racial e de gerações às políticas públicas municipais, inclusive com ofertas de serviços voltados para essa diversidade;

III – A MATRICIALIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS – consubstanciada na articulação de políticas e ações integrando secretarias, empresas, autarquias e fundações e outras áreas de governo afins, a partir das diretrizes do Programa de Governo, visando o alcance de resultados verificáveis. O foco das políticas públicas é o(a) cidadão(a) que precisa ser atendido(a) de maneira integrada e articulada.

IV – A TERRITORIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS – a nossa gestão irá atuar identificando o território da cidade e as pessoas que vivem nele, integrando as ações de Governo para torná-las mais eficazes, efetivas e eficientes, bem como capazes de reduzir a segregação social reproduzida espacialmente na Maceió apartada;

V – A TRANSVERSALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS - o conceito da transversalidade nas políticas públicas vem ganhando relevo qualificando o debate acerca da responsabilidade pública da constituição e efetividade de Políticas de Estado e não ações de Governo. Trata-se de uma ferramenta estratégica de gestão atuando no foco da superação da fragmentação, da suplantação, da dispersão e no estímulo à sinergia. E, ainda, articulando as diversas secretarias e órgãos da Administração Municipal a partir de problemas

centrais diagnosticados em conjunto e das diretrizes do nosso Programa de Governo, bem como consolidando a ação governamental integrada numa Política Pública de Estado.

VI – A UNIVERSALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: As políticas públicas municipais devem ter caráter universal, atender a todas as pessoas, respeitando as suas especificidades. Universalidade é um dos conceitos fundamentais do nosso Programa de Governo determina que todas as pessoas, sem qualquer tipo de discriminação e/ou preconceito, têm direito ao acesso às políticas, projetos, ações, serviços e equipamentos da cidade de Maceió.